

## A COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL - CAO<sup>1</sup>

Emerson Cristiano Rodrigues Santos<sup>2</sup>

Fábio Rijo Duarte<sup>3</sup>

### RESUMO

O tema abordado no presente resumo expandido trata sobre a Comunidade da África Oriental (CAO). A comunidade é uma organização intergovernamental constituída, hoje, por seis países da região leste do continente africano. A CAO tem por objetivo aprofundar a cooperação entre os Estados-membros nos campos político, econômico e social, entre outros, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento. Foi criada em 1967, contando com a presença do Quênia, da Tanzânia e da Uganda, mas devido a uma série de circunstâncias se desfez em 1977, voltando a ser reestabelecida após a assinatura do Acordo de Arucha (Quênia), aos 30 de novembro de 1999, entrando em vigor a 7 de julho de 2000. No ano de 2009, ingressa na comunidade, o Burundi e a Ruanda e, somente em 2016 o Sudão do Sul. A problemática deste resumo está contida em saber quais as características atuais da CAO e suas atividades evolutivas do direito da integração apontando alguns aspectos da primeira fase da comunidade, seguida do período de estagnação e, finalmente, o seu ressurgimento ou fase atual, que se estende do ano de 2000 até os dias de hoje, bem como apresentar alguns dados estatísticos dos países no século XXI. O método de abordagem utilizado no trabalho, será o dedutivo, tendo em vista que parte de um contexto histórico geral para o específico, sendo os métodos de procedimento histórico e comparativo e técnica de pesquisa bibliográfica e documental, sob a linha de pesquisa Multiculturalismo e Transnacionalização do Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), que corresponde ao tema proposto. Logo, conclui-se que é de extrema importância na construção de uma integração dos países da África Oriental, visando o crescimento e o desenvolvimento político-econômico e socioambiental dos Estados-membros, apesar do distanciamento ideológico existente no início do processo uma vez que, ainda, se busca uma redução das diferenças entre esses Estados.

**Palavras-chaves:** África. Comunidade. Estados-membros. Integração.

<sup>1</sup> Resumo Expandido apresentado à disciplina de Direito Comunitário e da Integração da Faculdade de Direito de Santa Maria FADISMA, como requisito parcial de aprovação na respectiva disciplina.

<sup>2</sup> Autor: Biólogo, Pós-graduado em Biologia e Educação Ambiental (UFSM) e acadêmico do 5º Semestre do Curso de Direito Noturno da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Endereço eletrônico: emercrisantos@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Orientador, titular da Disciplina de Direito Comunitário e da Integração. Professor da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA, dos Cursos de Direito e de Ciências Contábeis. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Especialista em Metodologia da Educação no Ensino Superior pela FACINTER. Coordenador do Núcleo de Estudos de Direito Internacional – NEDI da FADISMA. E-mail: fabio@fadisma.com.br.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O continente africano sempre muito embora, estudos apontam como berço da humanidade, sempre foi visto pelos olhos do Velho Continente como uma fonte infinita de riquezas. Os países africanos amargaram por longos séculos a exploração humana e de recursos ambientais, mesmo após tornarem-se independentes, soltando suas amarras de seus colonizadores.

Após o processo de independência passaram a investir em iniciativas de integração regional visando a busca do crescimento das regiões. Nesse interim, os países da África Oriental decidem criar a Comunidade da África Oriental. A ideia prosperou até os primeiros anos da segunda metade da década de 70, quando por questões ideológicas, políticas e econômicas atinge o colapso.

A força e a coragem desses países prevaleceu e, depois de vinte anos, no decurso de muitos conflitos, superaram mais uma vez as diferenças e levantaram a nova Comunidade, com os mesmo propósitos iniciais, mas nesse momento, início dos anos 2000, com a pretensão de reduzir significativamente as desigualdades entre os Estados membros.

Desta forma, pretende-se com a pesquisa tratar do assunto, inicialmente, apontando alguns aspectos da geografia da região e a análise da primeira fase da comunidade. Posteriormente, será feita uma análise do período de estagnação da comunidade, quando finalmente ela ressurge, ou seja, a segunda fase ou fase atual, que se estende do ano de 2000 até os dias atuais, bem como apresentar alguns dados estatísticos dos países no século XXI.

O método de abordagem utilizado no trabalho, será o dedutivo, tendo em vista que parte de um contexto histórico geral para o específico, sendo os métodos de procedimento histórico e comparativo e técnica de pesquisa bibliográfica e documental, sob a linha de pesquisa Multiculturalismo e Transnacionalização do Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), que corresponde ao tema proposto.

## 1 A PRIMEIRA FASE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL

Os países fundadores da Comunidade da África Oriental - CAO - são: o Quênia onde, instalada na cidade de Arusha, está a sede da comunidade; a Uganda e a Tanzânia. Nessa região foram encontrados fósseis, o que sugere serem os ancestrais do *Homo sapiens*. Eles percorriam a área há mais de 20 milhões de anos, vivendo perto do lago Turkana há cerca 2,6 milhões de anos atrás (SUA PESQUISA, 2018).

A geografia da região é constituída por grandes montanhas e extensas planícies. O Monte Kilimanjaro, que significa montanha branca na língua Masai. O monte e as florestas circundantes foram considerados uma reserva florestal em 1921, até que, em 1973, foi declarado como Parque Nacional, inscrito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1987, na lista dos locais que são Patrimônio da Humanidade (SUA PESQUISA, 2018).

Os homens e as mulheres, Masai, grupo étnico africano de seminômades localizado no Quênia e no norte da Tanzânia, têm suas orelhas furadas e alargadas com o uso de discos. Suas roupas de cor avermelhada servem para assustar as feras e suas prendas, como o bastão para apoio, o bastão curto para ser lançado, o facão típico e os diversos ornamentos. É uma das tribos africanas mais reconhecidas internacionalmente. Os povos Masai consideram-se um povo escolhido por Deus (COSTA, 2015).

Segundo Kanter (2013, p. 12) a acessibilidade terrestre e marítima, as rotas migratórias e as rotas comerciais com o Oceano Índico, associado a riqueza de matérias primas, sempre colocaram o continente africano, sobretudo a região leste africana, sob o olhar dos países europeus. As relações de colonialismo, neocolonialismo, as dinâmicas de poder da Guerra Fria e dos países propriamente ditos, contribuiu muito para a exploração da região.

Kanter (2013, p. 16), ainda, destaca que após a Conferência de Berlim, 1884-1885, também conhecida como Partilha da África, houve muitas disputas francesas e britânicas. Os britânicos queriam impedir o acesso dos franceses ao Índico. A não ocupação total dos territórios despertou o interesse alemão que fundou uma Sociedade para a Colonização Alemã. Em 1888 é formada a Companhia Imperial para a África Oriental Britânica.

No século XX fica nítido o elemento de integração na região voltado a exploração colonial, por meio do fornecimento de matérias primas. Outras medidas foram adotadas como o Comitê Monetário da África Oriental, 1905, em Nairóbi, no Quênia. Após a II Guerra Mundial, o país passa a ter um grande número de instituições, tais como: Organizações de Pesquisa Industrial, Corporação de Linhas Aéreas, Companhia de Tabaco, Universidade da África Oriental. O Quênia era a colônia mais favorecida (KANTER, 2013, p. 19).

Em sua pesquisa Kanter (2013, p. 20) menciona que cooperação regional era uma iniciativa de Londres, jamais promovida por iniciativas locais. O Partido Trabalhista eleito na Inglaterra, após a II Grande Guerra Mundial, apresenta um projeto de descolonização da África Oriental, sendo que o voto de um branco era igual ao de 450 africanos. A justificativa era para que assim houvesse igualdade entre as raças da federação. As tensões sociais são crescentes e levam os *kikuios* africanos a se revoltar, adotando técnicas terroristas a autoridades brancas e africanos percebidos colaboradores, em um conflito conhecido como Revolta dos Mau Mau.

A década de 60 inicia com a independência das colônias. Os três novos Estados independentes: Quênia, Uganda e Tanzânia, visando um processo de integração regional assinam em 1967, em Arusha, no Quênia, o tratado criando a Comunidade da África Oriental - CAO. A cidade de Arusha passa a ser a sede da comunidade (KANTER, 2013, p. 21).

Nessa primeira fase o objetivo da Comunidade da África Oriental era fomentar o desenvolvimento dos Estados membros através da união aduaneira, trazendo acúmulo e estímulo comercial para evitar assimetria de ganhos. A CAO, que tem sede em Arusha, no Quênia, era constituída de uma Assembleia Legislativa e Conselhos Ministeriais, além do Banco de Desenvolvimento Leste Africano (KANTER, 2013, p. 26).

Ainda, Kanter (2013, p. 26) complementa: a comunidade incorporou corporações (ferrovias, correios, telecomunicações, transporte aéreo) e serviços de fundo geral (instituições de pesquisa e treinamento). A sede da maior parte das instituições ficava em Nairóbi. Havia uma pretensão de ser implementada como moeda o xelim do leste africano, mas em 1966, a ideia foi abandonada pelas moedas nacionais e a Universidade da África Oriental substituída por universidades nacionais.

Na Tanzânia, Julius Nyerere é um pan-africanista que lança a Declaração de Arusha,

com ideias de um socialismo africano, portanto, inspira-se no socialismo chinês. Ele cria um programa nacionalista adquire recursos financeiros, bem como um programa político e econômico e instala o monopartidarismo. Segundo ele, o pluripartidarismo feria: a busca pelo interesse coletivo, dividindo a sociedade; o estímulo a identidade tanzaniana e a autonomia nacional; a coletivização da produção agrícola em aldeias; e educação gratuita e obrigatória para todos. Ao Declaração de Arusha ele percebe que entre ganhos e perdas a economia estava com pouco rendimento, apesar dos consideráveis ganhos sociais. Em 1985, ele sai do poder na Tanzânia. (KANTER, 2013, p. 23).

Kanter (2013, p. 24) traz uma referência de que, contrariamente a Tanzânia, o Quênia adota um projeto de produção capitalista, baseado no capital estrangeiro, sob o argumento de que o crescimento econômico beneficiaria a todos. O modelo apresentou deficiência estrutural em curto prazo. A indústria local não conseguiu competir com os produtos europeus e americanos. O equilíbrio econômico se dava por meio do CAO, uma vez que se consolida a exportação livre de tarifas.

A balança comercial queniana tinha por efeito a fuga de capitais da comunidade para fora da região. A dependência do capital estrangeiro permitiu o crescimento de Nairóbi e dos arredores e a estagnação e declínio dos demais países. Tal situação vai ser um dos motivos que culmina no colapso da Comunidade da África Oriental (KANTER, 2013, p. 24).

Em Uganda, o governo de Milton Obote, apoiado pela Arábia Saudita, utiliza as forças armadas como seu principal sustentáculo. Id Amin comanda as forças armadas. Obote percebe as intenções de Amin, em assumir o governo e cria forças especiais para ficarem sob seu comando direito. A morte suspeita de um possível substituto de Amin, faz com que Obote ordenasse uma investigação. Ameaçado Amin aproveita a ausência de Obote, que se encontra em viagem de negócios e toma o poder. Ele institui uma ditadura brutal. Sob a bandeira da africanização decide expulsar asiáticos, na maioria indianos, bastante ativos economicamente no país (KANTER, 2013, p. 25).

No que diz respeito ao Banco de Desenvolvimento do Leste Africano Kanter (2013, p. 28) enfatiza: *nunca recebeu investimentos suficientes para ser eficaz e a rápida estagnação da CAO, impediu que a instituição fosse capaz de extrair capital extrarregional*. Os Estados foram duplicando indústrias que deveriam ser utilizados para outros fins, ou seja, ocorreu uma

lógica inversa ao da integração regional. As instituições são descentralizadas de Nairóbi, mas continuam no Quênia, mantendo assim um desequilíbrio entre os Estados membros.

O turismo foi outro problema pois apesar da planície do Serengeti ficar na Tanzânia, a infraestrutura hoteleira estava no Quênia. Ainda, o trânsito de cargas entre o Quênia e Zâmbia ficava sobre o solo tanzaniano, mas com o tratado nenhum retorno era obtido por esse país e os danos, da infraestrutura viária, ficavam a cargo da Tanzânia (KANTER, 2013, p. 28).

De forma mais concreta os benefícios econômicos apontados são os ganhos com novas oportunidades de comércio, a ampliação dos mercados, o aumento da competição e a diminuição da vulnerabilidade econômica em relação a fatores externos. Outros pontos a favor são o aumento de investimento, explicado através da redução de distorções e a existência de mercados alargados, onde o retorno de investimento é maior, contando com o aumento da credibilidade das reformas econômicas e políticas (CRISTINO, 2018, p. 9).

Dessa forma, ressaltando os desequilíbrios políticos e econômicos que contribuíram para o colapso gradual da Comunidade da África Oriental, decorrentes do distanciamento ideológico e de modelos econômicos, conforme Kanter (2013, p. 29), convencionou-se o ano de 1977, momento em que os Estados membros deixam de aprovar o orçamento do ano seguinte, como o fim da Comunidade da África Oriental.

## **2 DA FASE DE ESTAGNAÇÃO ATÉ A FASE ATUAL – A NOVA COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL**

Em 1977 os Ministros das Finanças do Quênia, da Tanzânia e da Uganda buscam a resolução de seus conflitos por meio da mediação para atuar nesse processo. Em 1978, eles convidam o diplomata suíço Vítor Umbricht, mas esse processo não ocorre. A fronteira entre o Quênia e a Tanzânia permanece fechada por seis anos após o fim da CAO, após ter sido invadida naquele mesmo ano pela Uganda. Muito embora, em 1984 tenham decidido estabelecer um mecanismo para revitalizar o espírito de cooperação entre os três países, somente em 1991, é retomado o processo de mediação (KANTER, 2013, p. 32).

No ano de 1993, o projeto deu seus frutos por meio do estabelecimento de uma Secretariado da Comissão Tripartite Permanente - CTP. A partir da CTP decidiu-se retomar a

integração regional através de uma nova CAO. A década de 90 marcou todo o continente por processos de abertura política e revitalização do multipartidarismo (KANTER, 2013, p. 35).

De acordo com Kanter (2013, p. 39) em 2000, após a definitiva criação da nova CAO, foram estabelecidos objetivos e novas etapas, dentre elas: a União Aduaneira, o Mercado Comum, a União Monetária e a Federação Política. O trabalho foi elaborado com a participação da sociedade civil, com especial ímpeto de Organizações Não Governamentais - ONG's - na contribuição ativa, principalmente no que tange: à proteção dos direitos humanos, à manutenção de valores democráticos e do Estado de Direito e à preconização da Assembleia Legislativa da África Oriental - ALAO.

O tratado estipulava que a ALAO teria 27 membros, 9 por país, o que tornava complexo representar a diversidade das sociedades leste africanas. Apesar disso, houve falta de membros suficientes para estabelecer comitês necessários para o funcionamento eficiente da instituição. Ainda, o tratado, não abandona de forma clara a relação entre legislação aprovada na ALAO e legislação interna de cada país (KANTER, 2013, p. 39).

Ainda, Kanter (2013, p. 39) menciona que a estrutura institucional foi pensada para ter uma cúpula de chefes de Estado e de governo, Conselho de Ministros, Comitê de Coordenação, Comitês Setoriais, Corte da Justiça Leste Africana e Assembleia Legislativa da África Oriental - ALAO. O Conselho de Ministros é encarregado pela promoção e monitoramento da implementação dos projetos e processo da CAO.

O Comitê de Coordenação é composto por secretários permanentes responsáveis pela cooperação regional. Esse comitê coordena comitês setoriais que criam programas de implementação da integração, estabelecendo prioridades, entre vários setores e fazendo o monitoramento, constante e próximo a implementação de seus programas. O plano inicial planejava atingir a Federação Política em 2010, o que não aconteceu (KANTER, 2013, p. 40).

A União Aduaneira apesar de vantajosa para a classe empresarial tem tido poucas consequências na redução da pobreza nos países membros. Um foco significativo o crescimento do PIB e os índices Gini caem gradualmente (KANTER, 2013, p. 42).

A entrada na CAO, da Ruanda, colonizada por belgas, e do Burundi, colonizado por alemães, ocorre pelo fato da divisa de fronteiras, similaridades étnicas, com grande números de falantes da língua suaíle (língua banto), ocorreu em 2009, sendo que somente em 2016, o

Sudão do Sul, ingressa na comunidade (KANTER, 2013, p. 42).

A coexistência de diferentes modelos econômicos dos países interfere no processo de integração, fazendo com que ambos os Estados prejudicassem o modelo de desenvolvimento do Estado vizinho, causando distorções e prejudicando o planejamento, tendo como principal prejudicado a Tanzânia, dado que o Quênia, ao menos, contava com superávits comerciais (KANTER, 2013, p. 46).

A importância e o otimismo da integração econômica do continente estão presentes na Agenda 2063, publicada em 2015, um novo fôlego no processo. Esta agenda apresenta objetivos assentes nos princípios do pan-africanismo e do renascimento econômico africano, sendo de grande destaque a integração econômica africana que, começando pela Zona de Comércio Livre Continental, deverá consolidar a cooperação intra-africana de modo a subir os níveis de integração econômica (CRISTINO, 2018, p. 11).

Apesar disso, Kanter (2013, p. 50) é enfático ao salientar que esses problemas presentes nas conjunturas político-econômicas dos países membros, bem como, destes enquanto integrantes da Comunidade da África Oriental, parece não ser tão relevantes atualmente, exceto, pela presença de potenciais externas na região e pelas fragilidades institucionais dependentes da autoridade dos Chefes de Estados.

A presença de potências externas como EUA e China é notável. De acordo com Cristino (2018, p. 29) nos últimos 10 anos, a China passou a ser um dos principais parceiros comerciais do Quênia. As importações do Quênia da China aumentaram para quase US\$ 5 bilhões em 2016 contra US\$ 780 milhões dos EUA. A China, que tem sido um dos grandes investidores na construção de infraestrutura por toda a África, com certa prioridade no caso da África Oriental.

No que se refere ao desenvolvimento de infraestruturas Cristino (2018, p. 25) destaca que a África Oriental tem muitos desafios a serem enfrentados, devido as suas redes de infraestruturas limitadas, custos altos de transporte, serviços logísticos limitados, entre outros. Ainda, apesar de ser uma região com grande crescimento econômico, as suas economias continuam entre as menos competitivas globalmente.

Todas as condições refletem diretamente na qualidade de vida das populações dos países membros da CAO. A República do Quênia, com uma população de aproximadamente

47 milhões de habitantes, apesar de ser considerada a mais desenvolvida entre esses países, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - tem um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - baixo (0,555). O Produto Interno Bruto - PIB - ficou na ordem de 87,91 bilhões de dólares em 2018, se comparado por exemplo, com os EUA, 20,54 trilhões de dólares. A moeda é o xelim queniano que na conversão direta equivalia a 107 dólares (SUA PESQUISA, 2018).

A República Unida da Tanzânia, cuja capital é Dodoma, que tem população de 43 milhões de habitantes, também, possui um IDH baixo, em torno de 0,538 e um PIB de 58 bilhões de dólares. É um dos países mais pobres do mundo. A economia depende consideravelmente da agricultura, cerca de 80% em mão-de-obra e exportações do país. Anualmente, em torno de 86.000 pessoas morrem por consequência da Síndrome da Imonodeficiência Adquirida – HIV (FRANCISCO, 2020b).

A República de Uganda, cuja capital é Campala, amargou por décadas regimes políticos ditatoriais. Os serviços de saneamento ambiental são proporcionados à minoria da população, fato que reflete nas altas taxas de mortalidade infantil (72 óbitos a cada mil nascidos) e na baixa expectativa de vida: 50 anos. Outro fator social negativo se refere ao elevado índice de analfabetismo, onde cerca de 27% dos habitantes com idade superior a 15 anos são analfabetos. O país, também, registra altas taxas de desemprego, e a maioria da população vive abaixo da linha de pobreza. A economia nacional é pouco desenvolvida, sendo a agricultura a principal fonte de receitas. O PIB é de aproximadamente 27 bilhões de dólares (FRANCISCO, 2020c).

O nome do país Burundi significa “o povo rundi”. Até o final do século XIX, Ruanda e Burundi formavam uma única nação, posteriormente ocorreu a fragmentação do território, e cada país se tornou autônomo. A república do Burundi tem uma população total de 8,7 milhões de pessoas. Menos de 4% da população total do país vive em Bujumbura, a capital e maior cidade. A economia baseia-se na agricultura de subsistência (FRANCISCO, 2020a).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a Comunidade da África Oriental - CAO por meio de seus

objetivos, sobretudo, o da integração regional tem um papel relevante para países que enfrentam sérias questões de ordem político-econômica e socioambiental.

Percebe-se que, mesmo com a existência de um programa de cooperação entre os Estados membros, de um o processo de integração econômica, constituída pela união aduaneira e mercado comum, assim como, políticas de comércio exterior entre os países, os quais inclusive projetaram um Banco da Comunidade da África Oriental, uma imensa dificuldade de avançar na resolução dessas questões.

Os dados estatísticos revelam que apesar da busca constante de uma integração regional muitos são os desafios a serem enfrentados em diversas áreas, como: saúde, educação, infraestrutura viária e nos setores secundários e terciários de produção, o que possibilitará o crescimento econômico da região.

A histórica dependência e exploração por grandes potenciais associada a governos opressores, conduziu a CAO a um processo desequilibrado de integração regional, o que vem sendo superado lentamente ao longo das últimas duas décadas. Sem dúvida nenhuma, há longa jornada a ser percorrida para que definitivamente sejam consolidados os seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Samuel. **Tribo africana os Masai ou Maasai**. Veja, 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/tribo-africana-os-masai-ou-masai/>. Acesso em: 26 maio 2020.

CRISTINO, Candida Amorim. **O papel das infraestruturas na integração regional e o caso da Comunidade da África Oriental**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2018. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/17375>. Acesso em 29 out. 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Burundi está localizado no continente africano e possui o quarto menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo**. Brasil Escola, 2020a. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/burundi.htm>. Acesso em: 26 maio 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **A Tanzânia abriga os três maiores lagos da África e, por isso, é um dos países africanos com maior disponibilidade de água**. Brasil Escola, 2020b. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/tanzania.htm>. Acesso em: 26 maio 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **A população de Uganda, país situado na África, enfrenta vários problemas sociais e econômicos.** Brasil Escola, 2020c. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/uganda.htm>. Acesso em: 26 maio 2020.

KANTER, Marcelo de Mello. **As comunidades da África Oriental:** desafios e oportunidades. 2013. Monografia (Graduação de Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71688/000880114.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 maio 2020.

SUA PESQUISA. **Quênia.** 2018. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/paises/quenia/>. Acesso em: 26 maio 2020.

UNESCO. **Parque Nacional do Serengeti.** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque\\_Nacional\\_de\\_Serengeti](https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_de_Serengeti). Acesso em: 26 maio 2020.